

SESSÕES DO PLENÁRIO

2ª Sessão Especial da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 23 de março de 2023.

PRESIDENTE: DEPUTADA FÁTIMA NUNES (AD HOC)

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes): Invocando a proteção de Deus e a proteção dos nossos orixás, declaro aberta a presente sessão especial, proposta por esta deputada que ora vos fala, no presente momento, para comemorar o Dia Nacional das Tradições das Raízes de Matrizes Africanas e Nações do Candomblé.

(A presidenta faz saudações em língua africana.)

Agô, péssu, mu kuiu, mo tumba, idalemi, peço a bênção aos mais velhos, com a honra e com a permissão dos nossos ancestrais e de todos os orixás, para iniciarmos a nossa sessão.

Convido, para compor a Mesa, a Sr.^a Deputada Olívia Santana; a Sr.^a Elisângela Araújo, secretária de Políticas para as Mulheres; a Sr.^a Ângela Guimarães, secretária de Promoção da Igualdade Racial; o Sr. Tiago Henrique, coordenador-executivo da Coordenação de Políticas Públicas para Povos e Comunidades Tradicionais (CPPCT), da Sepromi, neste ato, representando o Governo do Estado da Bahia. (Palmas)

Este é o momento para registrar as presenças, porque a nossa secretária, graças a Deus, ajustou a agenda e chegou; ela está conosco. Obrigada! Só a questão do Cerimonial que já tinha preparado as cartelas.

Para compor a Mesa, convido o Sr. Livaldo Britto, desembargador do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia; o Sr. Luiz Alberto, ex-deputado, neste ato, representando o Sr. Felipe Freitas, secretário de Justiça e Direitos Humanos; o Sr. Tiago Garcez, major PM e coordenador administrativo da Spreve, neste ato, representando o Sr. Marcelo Werner, secretário da Segurança Pública; a Sr.^a Vanessa Lopes, defensora e coordenadora do Núcleo de Equidade Racial, neste ato, representando a Sr.^a Firmiane Venâncio do Carmo Souza, defensora-geral da Bahia; a Sr.^a Ana Cristina Santos Silva de Carvalho, delegada e coordenadora estadual de Repressão aos Crimes em razão da raça, cor, etnia, religião, orientação sexual, identidade de gênero e pela condição de pessoa com deficiência, neste ato, representando a Sr.^a Heloisa Brito, delegada-geral da Polícia Civil do Estado da Bahia; o Sr. Ailton Ferreira, assessor da secretária de Assistência Social e Desenvolvimento; e a Sr.^a Ana Mandarino, antropóloga, Terreiro de Ilê Axé Omin Otá Odara, do Rio de Janeiro. (Palmas)

Convido a Sr.^a Patrícia Pinheiro, ekede de Ogum e presidenta do Instituto Nacional e Internacional das Makotas, Ekedis e Yarubás e diretora de Instituto África 900; a Sr.^a Marcia Maria Ferreira de Brito Lima, yalorixá de Ogum e presidente do Conselho de Cultura de Salvador; a Sr.^a Marilac Santos, coordenadora-geral da União

das Ekedes (Undeke-BA) e makota matuleji do Terreiro Tumbangola; o Sr. Gerônimo Santana, cantor; o Sr. Felipe Carvalho Castro, secretário de Educação, Cultura e Lazer de Cícero Dantas; e o Sr. Lázaro Muniz, padre da paróquia da Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. (Palmas)

Esta Mesa, além desses lados, se estende por todo Plenário, dada a representação de todos e de todas que estão conosco nesta tarde e pela grandiosidade do nosso dia.

Peço a todos que fiquem de pé para, neste momento, ouvirmos o Hino Nacional. (Procede-se à execução do Hino Nacional.) (Palmas)

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes): Senhores e senhoras de todas as nações, é uma alegria ter todas e todos aqui. Eu sei que cada um e cada uma representam o seu trabalho, a sua organização, o seu movimento, o seu terreiro e, naturalmente, trazem consigo história de vida, luta, resistência e enfrentamento, muitas vezes, de discriminação. Quantas vezes nós já vimos pela televisão! Mas sei que quem estava perto viu, de perto, uma aluna ou um aluno ser recriminado, na escola, por estar levando o seu material de devoção ou religião. Então, hoje é um dia de transbordar a nossa resistência, a nossa conquista, a nossa luta.

Agora, nós vamos ouvir a apresentação do Grupo Samba Ohana. Estão prontos? Se a gente pudesse, passava a tarde inteira. Mas sabemos que, às 18h, se encerram os trabalhos na Casa, porque os funcionários vão de ônibus para casa. Então a gente vai apressando para poder dar tempo para o que a gente programou, a fim de não ficar nada de fora.

Aproveito para registrar a presença do deputado Bira Corôa (palmas), que está conosco. A Mesa está bem apertada. Mas, daqui a pouco, vai ter vaga. Viu, deputado Bira? Fique tranquilo, porque o senhor já estava com a gente há tempos, mesmo antes de chegar.

Tudo certinho, grupo? Fogo! Alegria! Manda! (Risos)
(Procede-se à apresentação artística.) (Palmas)

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes): Na verdade, a gente só encerra por conta das outras apresentações, mas estava bom e necessário. Bom demais!

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes): Agora, peço à deputada Olívia Santana assumir a presidência dos trabalhos para eu fazer umas breves palavras.

(A deputada Olívia Santana assume a presidência da Mesa.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Olívia Santana): Com a palavra a deputada Fátima Nunes.

A Sr.^a FÁTIMA NUNES: Sr.^a Presidenta e deputada Olívia Santana, todos e todas autoridades componentes da Mesa, como foi eu mesma quem convidou, há pouco, para fazer esta maravilha que estamos vendo aqui, eu não vou repetir o nome para encurtar um pouco as minhas palavras porque, na verdade, este dia de hoje precisa ser muito bem compartilhado nas falas. Então, vou dizer algumas palavras e voltar para que vocês possam fazer uso da palavra.

Gostaria de agradecer a todos e todas que compõem esta plateia maravilhosa que, nesta tarde, ouviram o convite do nosso mandato, das companheiras da Bancada do Partido dos Trabalhadores e das trabalhadoras que, também, nos auxiliaram na mobilização. Então, é com alegria que a gente se encontra no Plenário desta Casa.

Por muito tempo, eu estou aqui. Este mandato, agora, é o quinto. Mas, em 1993-94, cheguei a esta Casa pela primeira vez. Era muito difícil a gente, negros e negras,

ter assento como deputado. Ainda estamos sentindo falta de muitos e da religião, da cultura, do respeito desta convivência que a gente vem lutando para fazer acontecer. Eu me lembro de que, no passado, era bem distante. Mas foi, exatamente, a resistência de todos e de todas organizações, movimentos, terreiros que, cada vez, afirmam a sua palavra. Nós existimos. Nós resistimos. Vidas negras importam. Nossa religião importa. Nossa cultura importa. Nosso jeito de ser é importante.

Por isso, este lugar, a Assembleia Legislativa do Estado da Bahia precisa estar repleto da nossa presença aqui Parabéns para vocês, para todos e para todas que estão conosco nesta tarde. (Palmas)

E, hoje, neste Plenário, neste momento solene, neste dia, comemoramos a conquista da Lei nº 14.519/2023, ou seja, uma lei deste ano, deste ano que foi um ano sagrado porque, no ano passado, nós interrompemos o fascismo, o genocídio, o descaso, a negação, o desgoverno, tudo de ruim que aconteceu nesses últimos anos. Foi um governo do qual não precisamos nem citar o nome, mas a justiça haverá de dar conta de todas as maldades, punir todas as maldades que foram praticadas nesses últimos 4 anos.

Foi preciso o retorno do presidente Lula, com aquele olhar de grandeza, de entendimento, de solidariedade e de presteza à nossa nação. Por isso mesmo, ele sancionou, no dia 5 de janeiro do presente ano, a lei que institui a data de 21 de março como o Dia Nacional das Tradições das Raízes de Matrizes Africanas e Nações do Candomblé.

(Lê) “A liberdade de consciência e de crença são invioláveis, como estabelece o artigo 5º da Constituição Federal de 1988. O Brasil é um país laico, ou seja, tem como princípio a imparcialidade em assuntos religiosos, não apoiando ou discriminando nenhuma religião, prevendo a liberdade de crença religiosa aos cidadãos, assegurando o livre exercício dos cultos religiosos e garantindo, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e às suas liturgias, bem como a proteção e o respeito às manifestações religiosas...”

No dia 21, eu sei, todas as nações, todo o povo que respeita a sua história, naturalmente, realizou muitas manifestações. Aqui, na Casa, a gente queria mesmo era fazer a sessão de hoje nesse dia, mas tinha outras atividades previstas, por isso ficou para hoje, dia 23 de março.

(Lê) “(...) Debater, comemorar, celebrar este dia, o 21 de março, é mais um grande passo para o firmamento do respeito e do direito à escolha da religião. A data foi escolhida também em virtude do Dia Internacional contra a Discriminação Racial, marco estabelecido pelas Organizações das Nações Unidas (ONU), tendo como referência o episódio...”, triste, “(...) que ficou conhecido como ‘Massacre de Shaperville’, em 1960, na África do Sul. Esse ato ceifou a vida de 69 pessoas após cerca de 20 mil sul-africanos protestarem contra a determinação, imposta pelo governo da época, de limitar os locais onde a população negra poderia circular.

É importante reforçar que 21 de janeiro é o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa...” Eu acho até que, nessa lei, deputada Olívia Santana, nós vamos ter que colocar uma palavra a mais, porque celebramos, aqui, a memória da Makota Valdina, que muitas vezes, em todos os seus pronunciamentos, repetia: “Nós não queremos combate à intolerância.” Não é questão de intolerância, nós queremos é

respeito, nós somos até diferentes, natural que o nosso bom Deus nos fez diferentes, mas nós somos iguais nos direitos.

E, por isso mesmo, nesta lei, eu acho que a gente tem que alterar, deputado Luiz Alberto, alguma palavrinha para corresponder àquilo que realmente é a nossa essência da cidadania, da democracia e do respeito.

(Lê) “(...) A data rememora o dia do falecimento da ialorixá Mãe Gilda, do Terreiro Axé Abassá de Ogum, vítima de agressões, de intolerância por ser ela praticante de religião de matriz africana. A sacerdotisa foi acusada de charlatanismo, sua casa atacada e pessoas da comunidade foram agredidas. Ela faleceu no dia 21 de janeiro de 2000, vítima de infarto.”

Então, nesse dia, nós deixamos, aqui, como mensagem desta Casa, onde temos uma comissão de promoção da igualdade que ainda não foi instalada... Mas vamos, com o apoio dos pares – aqui, presentes, hoje, eu, a deputada Olívia mais o superintendente das comissões, deputado Bira Corôa –, trabalhar, toda semana, para que não fiquemos, no mês de abril, sem ter a nossa comissão instalada, porque é nela, exatamente, onde tratamos dos projetos de lei para regularizar...

Nós temos o Estatuto da Promoção da Igualdade Racial aprovado, mas ele precisa ser regulamentado para que alguns artigos possam servir e fortalecer o trabalho da nossa secretária da Sepromi, Ângela Guimarães, que, com certeza, nos trará grandes contribuições; fortalecer o trabalho da nossa secretária de Políticas para as Mulheres, que trará também as suas contribuições; e de todos os movimentos; de todos os terreiros; e todas as agremiações que, diferentemente de todas as nações, do seu jeito próprio, com a sua autonomia de ser e de praticar a sua cultura e a sua religião, podem trazer para nós as contribuições para avançarmos nesse direito. Porque a lei não é para ficar na gaveta, a lei é para estar nas secretarias realizando as políticas públicas e garantindo avanços na conquista dos nossos direitos.

Muito obrigada a todos e a todas e motumbá!

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Olívia Santana): Motumbá axé, deputada Fátima Nunes! Quero saudar todas e todas, agradecer por essa oportunidade de estar aqui com as senhoras e os senhores, tomar a bênção aos mais velhos e às mais novas e dizer à deputada Fátima que, com certeza, todas as matrizes africanas aqui representadas agradecem a ela por esta iniciativa de realização da sessão que celebra o primeiro ano da nossa lei, da lei que instituiu... O primeiro ano da lei não, é o primeiro ano em que a gente celebra essa lei, que ainda não fez 1 ano, mas é muito importante para afirmar as tradições de matrizes africanas e as nações do candomblé não só na Bahia, mas em todo o Brasil.

Esse é o papel desta Casa Legislativa, legislar, mas também abrir suas portas para celebrar com o conjunto das organizações, de “a” a “z”. A diversidade tem que se manifestar no nosso Plenário.

Então, deputada Fátima, por favor, receba de volta a presidência desta sessão que V. Ex.^a convocou tão dignamente para celebrar a nossa ancestralidade.

Muito obrigada. (Palmas)

(A deputada Fátima Nunes reassume a presidência da Mesa.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes): Muito obrigada à deputada Olívia, que fez belas palavras em relação ao nosso trabalho aqui. Eu digo que é nosso porque vou aprendendo contigo, você vai aprendendo comigo, e nós vamos levando à frente.

E agora eu vou conceder a palavra ao nosso cantor Gerônimo Santana para apresentação musical. Eu já iria dizer que era Jerônimo Rodrigues... Você já viu uma coisa dessa, meu Deus?! (Palmas)

o Sr. Gerônimo Santana: A bênção aos mais velhos, permissão aos nossos ancestrais.

Em qualquer problema, se Jerônimo não estiver aqui, Gerônimo estará também aqui. Isso é legal. (Palmas)

Então, eu vou começar pedindo paz para a gente.

(Procede-se à apresentação musical.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes): Muito obrigada, querido Gerônimo. Se a gente pudesse passar mais tempo ouvindo música, seria bom demais. Oh! maravilha!

Agora nós vamos conceder a palavra a ialorixá de Ogum, presidente do Conselho Municipal de Política Cultural de Salvador, Márcia Lima.

Antes, eu quero registrar a presença de Luciana Mandelli, diretora do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (Ipac). Sente-se aqui na nossa Mesa, viu, companheira?

A Sr.^a MÁRCIA MARIA FERREIRA DE BRITO LIMA: Boa tarde a todas, a todes e a todos, eu peço licença (agô) para falar. Eu peço agô à minha ancestralidade nas duas mulheres mais próximas a mim, a minha mãe biológica, aquela que me deu a vida, e é dela que eu herdo esse legado religioso, a saudosa Iá Valdete de Euá; e a minha ialorixá, que foi a pessoa que me permitiu nascer para a religião, ou melhor, renascer para a vida, e a Estelita de Oyá; saudar os meus orixás, o primeiro deles Babá Exu, porque ele é o grande comunicador, é ele que me inspira a ter esse ofó, levar essa comunicação positiva a todos vocês; mas também saudar o dono do dia de hoje, que é pai Oxóssi. Eu gostaria de, na pessoa da proponente da sessão, a queridíssima deputada Fátima Nunes, saudar os demais membros da Mesa, e, na plenária, eu quero saudar todos vocês, dando mojubá e pedindo a bênção a um grande e velho pai ogã Valter. Mojubá, meu pai, a sua bênção, motumbaxé, motumbá!

(Os participantes da sessão respondem em língua africana.)

Bem, dizer que é uma honra imensa, antes das autoridades parlamentares, eu falar pela importância da data. Eu quero saudar todas as autoridades, sejam elas religiosas, culturais e políticas, e dizer que por muito tempo não era possível nós, povo preto, adentrarmos a esta Casa Legislativa. Ainda percebemos os resquícios. Temos certeza de que os nossos ancestrais construíram este espaço para que os políticos, os nossos representantes ou não, pudessem estar aqui, legislando e decidindo sobre as nossas leis. O dia 21 de março é uma conquista para todo o povo preto, é uma reparação. Eu tenho a certeza de que o deputado Vicentinho, quando se sentiu inspirado e motivado por orixá, lembrou do quanto o nosso povo preto que professa essa fé é discriminado, é desrespeitado e é agredido.

Será mesmo que a gente precisa de tantas leis? A lei mais importante que nós precisamos é a lei do respeito. Porque se a gente, se nós todos lembrarmos que o respeito deve ser o carro-chefe, deve ser o início, deve ser o durante, mas que não tem

fim, a gente vai se entender e todas as pessoas podem falar a mesma língua, porque o nosso país tem uma diversidade imensa, e na religião não é diferente, mas a gente não pode esquecer que nós precisamos do respeito para construções positivas e que viver em diversidade é possível, sim, basta que queiramos.

A gente também vai lembrar que a Constituição garante a laicidade do país, mas que não é respeitada. Para mim, é bom estar aqui hoje, utilizando a palavra, o púlpito, com muitas autoridades me admirando. Mas nós ainda temos, num país que se diz laico e que a Constituição garante, uma Bíblia enorme com o dizer: “Ao Deus de Israel toda honra e glória e todo o louvor!” A bênção, padre Lázaro, meu companheiro no conselho interreligioso da Bahia. É bom que a gente tenha, mas poderíamos ter do outro lado o oxê de Xangô, que é o pai da justiça, ou os agadás de Ogum que... mesmo nós sabendo que Xangô é o pai da justiça, sabemos também que o orixá Ogum é o orixá mais justo que existe, não é porque ele é o dono do meu eledá, mas é porque ele é essa justiça em pessoa. Então, que a gente possa pensar que é boa essa conquista, mas é uma reparação.

Mas nós queremos mais, nós queremos... E, aí, eu vou fazer, mais uma vez, o apelo à minha queridíssima deputada Fátima Nunes, o mesmo apelo que eu fiz lá no auditório da reitoria da Ufba: essa lei é a lei do Dia Nacional das Tradições de Raízes de Matrizes Africanas e Nações do Candomblé, mas nós precisamos dar um ajuste...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) Só mais um pouquinho... para que os povos afro-ameríndios entrem nessa lei, os indígenas, porque eles também nos ajudaram a construir, eles também são agredidos e são desrespeitados. Mas dizer ao povo de santo que está aqui que nós precisamos continuar em mobilização, lembrar que lá na Câmara Federal continua tramitando o Projeto de Lei nº 1.279, que é o projeto de lei do marco legal dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana. Ele tem 34 artigos. Mas o mais importante e importante para nós, para o nosso povo, é que vai ser criado um fundo de reparação para o pior crime da humanidade, que foi a escravidão. Então, vamos celebrar o dia 21 sempre, agradecer ao presidente Lula por isso, mas não vamos parar só e dançar e comemorar, vamos continuar na luta porque tudo que a gente consegue é lutando, é dando a cara a tapa. E como não posso, agora, deixar esse púlpito sem fazer uma saudação, eu que estou aqui na condição de representante da nação Ijexá... Passamos muito tempo com aquela tacha que: "Não, ijexá não é nação, é só um toque", porque as pessoas lembram do afoxé, mas esquecem que o afoxé nasce dentro dos terreiros ijexá, e que os terreiros ijexá foram o suporte na época que a polícia nos reprimia porque o xequerê, o instrumento do ijexá, todas as outras nações utilizaram. Quero dizer a vocês que sendo filha ijexá sou filha das águas, e quero, aqui, clamar que nós aprendamos a ser como as águas. As águas quando se encontram elas se fortalecem e elas fortalecidas ninguém as vence. Que sejamos sempre como as águas. Alan, meu irmão, João Vitor, os ogans, por favor, ijexá aí para eu saudar meu pai Ogum no ijexá e dizer que essa cantiga foi a cantiga cantada por meu pai Ogum porque ele venceu a guerra para o povo de ijexá. Esse é o orixá que não perdeu guerra nenhuma que travou, que sejam sempre assim as nossas vidas. A bênção a todos.

(Procede-se à saudação.)

Que agradeço, e a bênção a todos vocês. Por dias de paz, por uma cultura de paz e que estejamos juntos sempre. Obrigada.

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes): Muito obrigada, ialorixá Márcia Lima, ela que recentemente recebeu também, na Câmara municipal de Salvador, a Medalha de Zumbi.

Parabéns! Vamos à luta porque há muita coisa para gente desenvolver aí pela frente.

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes): Pela minha ordem, a palavra agora está franqueada à nossa companheira Luciana Mandelli. Eu estou deixando, aqui, a deputada Olívia para um pouquinho mais para a frente. Enquanto ela chega ao púlpito, à tribuna, eu quero registrar a presença do aspirante a oficial Ailo Santiago da Silva, da Base Aérea, que está aqui representando o coronel-aviador Vinícius Guimarães, comandante da Base Aérea; saudar, também, a capitã Elma Pimentel, coordenadora do Centro de Valorização da Mulher. Está por aqui? Aqui, olha lá. (Palmas) Depois eu vou registrando as demais autoridades.

Com a palavra Luciana Mandelli, nossa presidenta.

A Sr.^a LUCIANA MANDELLI: Boa tarde. Confesso que nem sabia que eu iria usar a palavra, deputada, e não organizei um discurso. Mas, antes de qualquer coisa, a bênção. Acho que nós hoje estamos celebrando aqui, e essa agenda desta semana toda é muito importante. É pela primeira vez, na verdade, que a gente celebra esse dia e esse feriado, que é uma ação importantíssima de reparação social, racial, que o nosso presidente Lula assinou como um dos seus primeiros atos como presidente da República. E no Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural nós temos feito um esforço, na verdade, de garantir uma celeridade no registro dos terreiros.

Hoje, de manhã, a gente participou de uma audiência, várias pessoas que estão aqui participaram também, da Câmara Técnica do Patrimônio do Conselho Estadual de Cultura. E hoje, entre outras ações que a gente fez, a gente fez a entrega de uma série de homenagens a vários terreiros. Foi uma forma da gente expressar ali, naquele momento, nosso compromisso com um processo que é um processo que os terreiros precisam muito que exista, que é o reconhecimento tanto do ponto de vista cultural e imaterial, quanto do ponto de vista material e patrimonial.

Então, o IPAC cumpre uma parte desse trabalho, que é fazer o estudo, que é garantir o tombamento, digamos assim, do imaterial e de reconhecimento dessas tradições todas, das nações todas, enfim. E o que a gente percebeu é que conforme os anos foram se passando no governo anterior as instituições, os órgãos foram tendo muita dificuldade de garantir com que esses reconhecimentos fossem sendo acompanhados por uma cadência, por uma quantidade de técnicos, enfim, e que fosse garantido esse direito, estendendo esse direito a um maior número de terreiros possível, enfim.

E aí o nosso compromisso, que não começou hoje, evidentemente, porque o IPAC já tinha esse compromisso antes. Mas o compromisso que a gente firmou nessa audiência da Câmara Técnica hoje, de manhã, na forma de homenagem aos vários terreiros, foi uma forma da gente dizer da recomposição dessa área de patrimonialização dos terreiros e de construir uma ação conjunta com outras instituições para que a gente garanta uma celeridade, mesmo, nisso. Nós sabemos que

há uma lista extensa de terreiros que ainda aguardam esse processo de tombamento e acho que esse é o melhor lugar para gente fazer um compromisso público sobre isso, como dirigente do órgão, como filha de santo que eu sou. O meu pai Táta Ricardo tem me acompanhado e me ajudado muito a organizar esse processo. A gente quer construir esse compromisso.

Já tive algumas audiências com a nossa secretária Ângela para que a gente possa fazer, em parceria com a Sepromi, essa ação. Ela não é uma ação só para que a gente registre culturalmente isso, mas a gente precisa garantir que um conjunto de direitos acompanhe esse processo de registro. Mas, de toda forma, o dia de hoje também, e acho que é importante... A mãe de santo que me antecedeu aqui, representante do ijexá, a fala dela pela manhã foi muito forte e foi muito forte de novo aqui. Ela falou sobre uma coisa muito importante, que nós, como estado, temos que tentar garantir: os nossos espaços, ou eles são laicos e não têm representação de nenhuma religião ou eles têm que estar carregados do conjunto das representações. E a gente entende que o patrimônio artístico e cultural do estado da Bahia precisa ser permeado por isso.

A gente é frequentemente acionada para ir cuidar de uma igreja, para ir olhar um espaço, um centro de cultura e, às vezes, a disputa no orçamento sobre isso é feita de forma muito injusta. Então, o nosso exercício é, um pouco como estado também, garantir que essas condições sejam condições equânimes, que elas sejam condições justas e que a gente consiga garantir que o povo da Bahia tenha direito aos seus direitos, e também tenha direito a conhecer aquilo que é produzido e aquilo que é construído por cada terreiro de candomblé neste estado. E isso é uma questão não só de reparação, mas de promoção da cultura.

Nós estamos realizando no IPAC também uma outra coisa de que eu tenho tido um certo cuidado, que é tratar de proferir a educação patrimonial da Bahia. E estou falando isso aqui para lembrar que até hoje quando a gente fala, assim, de promover o conhecimento dessa educação patrimonial é simplesmente levar os jovens para conhecerem os museus.

E o que eu tenho dito nesse processo de PPA que a gente tá vivendo, na construção de novos processos de educação, é que os nossos jovens, os nossos estudantes precisam conhecer esse patrimônio imaterial. Que nós precisamos promover, nesse processo de educação também, que os terreiros estejam nas escolas, que as escolas também possam receber as inúmeras manifestações artístico-culturais e religiosas como forma de educação patrimonial também. Então, de certa forma é o que a gente tem encontrado nesse momento para começar a promover essa reparação, é o início ainda de um processo que não começa comigo, na verdade, ele vem de outros processos, outras gestões, outras legislações. Mas que, aproveitando esse sol de redemocratização do Brasil, esse sol de reconstrução de todos os sistemas de cultura, a gente quer aproveitar para fortalecer as religiões de matrizes africanas, sobretudo o candomblé, sobretudo essa expressão aqui, na Bahia, e fortalecer esse vínculo com a nossa identidade como construção de estado, como construção de formulação, garantindo que o povo da Bahia conheça as nossas tradições e se reconheça em cada um desses exercícios.

Era isso. Obrigada pela palavra. Obrigada, deputada, pelo convite. (Palmas)
(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes): Convido para fazer uso da palavra o Dr. Livaldo Britto.

O Sr. LIDIVALDO BRITTO: Boa tarde a todas, todos, todes. Quero saudar a nossa deputada Fátima Nunes, presidente da sessão, na pessoa de quem saúdo todos os presentes. Uma saudação especial para duas pessoas que participaram comigo de um evento em 1997 na sede do Ministério Público do Estado da Bahia, a deputada Olívia Santana e o deputado Luiz Alberto. A partir daquele Seminário de Direito e Relações Raciais, no dia 21 de março, nós conseguimos implantar a Promotoria de Justiça de Combate ao Racismo. Conseguimos criar uma cultura, no mundo jurídico, de combate à discriminação racial e à intolerância religiosa. Isso tem rendido frutos através da procuradora Márcia Virgens e, atualmente, da promotora de justiça Lívia Vaz.

Estou vendo diversas pessoas como deputado Bira Corôa, Nadinho do Congo. Envio uma saudação para Dr. Lourival. Saúdo o Terreiro Ilê Axé Opô Afonjá.

Bem, eu quero registrar que, ao longo dos anos, houve a necessidade de aprovação de leis para a proteção das religiões de matriz africana. Tivemos isso a partir da Lei Caó, de 1989; depois, com a reforma que houve, em 1997, ao criar o crime de intolerância religiosa. Esta Casa foi importantíssima na aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, que protege, na Bahia, as religiões de matriz africana.

Quero lembrar, também, que, até 1976, na Bahia, havia a exigência para que as casas de santo tivessem a autorização da polícia para funcionar. Foi o nosso vereador e professor da Ufba, Edvaldo Brito, à época, secretário de Justiça, do governo Roberto Santos, quem redigiu o decreto, revogando a exigência.

Quero ressaltar, também, que, no próximo ano, nós estaremos completando 40 anos do tombamento do primeiro terreiro de candomblé do Brasil: o Terreiro da Casa Branca. O tombamento ocorreu em 1984, depois de uma celeuma no Iphan. Houve uma reunião na Santa Casa de Misericórdia. O conselho consultivo do Iphan se transferiu para Salvador. E, ali, houve o tombamento. O segundo tombamento só veio a ocorrer 15 anos depois, em 1999, que foi, justamente, o Terreiro do Ilê Axé Opô Afonjá.

Hoje, nós temos cerca de nove terreiros. Vi, aqui, a nobre diretora do Ipac. O Ipac só veio a tomar um terreiro de candomblé no governo Wagner; e a prefeitura, na gestão de ACM Neto.

Então, essas medidas protetivas, elas são importantes.

Para finalizar, o Tribunal de Justiça tem uma Comissão Permanente de Memória. Nós estamos resgatando os julgamentos históricos do Tribunal desde 1609, porque o tribunal da Bahia é o mais antigo do continente americano. Então, o tribunal julgou os integrantes das Revolta dos Búzios, Revolta dos Hauçás, Revolta dos Malês, Revoltas Federalistas, Sabinada.

Nós vamos encontrar, ali, sempre, a presença aguerrida, não só dos escravizados, que nunca se conformaram com a escravidão, mas também dos libertos e dos pardos, que sempre contribuíram para a igualdade.

Nós vamos identificar, no Arquivo Público do Estado da Bahia, diversos processos nos quais estão, ali, sacerdotes das religiões de matriz africana que foram condenados ou condenadas, somente, pelo exercício da sua fé. À época, a condenação

era açoites. É uma página triste da nossa história. Mas nós temos de aprender para podermos evoluir.

Parabéns, deputada!

Eu, sempre, estou aqui. No ano passado, eu não compareci, porque estava em sessão de julgamento.

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

Mas esta sessão é importantíssima.

Mais uma vez, vou ter se me ausentar. Tenho de assinar umas decisões, lá, no Tribunal.

Quero deixar o meu agradecimento pela participação.

Desejar um axé forte para todos.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes): Convido, agora, para fazer uso da palavra, a nossa deputada Olívia Santana.

Enquanto ela chega lá, vou registrando as presenças de: baba egbe Alex Matheus de Omolu, da Casa do Príncipe Ilê Ase Omo Alade; koboche Valdirene Oya Yao; Roseane Araujo, do Grupo Samba Ohana; Marília Santana, do Grupo Samba Ohana. Estão todas, ali, esperando a hora. Há, também, Maria Fernanda (Jamaica), percussão banda; Aila Gonçalves, percussão banda e Maria Fernanda (Jamaica) percussão banda e Mariane Santos, percussão banda.

Muito bem, obrigada a vocês, viu? Valeram as presenças.

Com a palavra a deputada Olívia Santana.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Deputada Fátima, presidenta desta sessão, quero reiterar as saudações e os agradecimentos à presidenta. Na pessoa da presidenta, gostaria de saudar toda esta Mesa. Saúdo, também, a plateia, tomando a bênção aos mais velhos, aos mais novos.

Esta sessão especial é um marco, porque nós estamos inaugurando um novo tempo no Brasil, a partir da vitória do nosso presidente Lula, que sancionou a lei que criou o Dia Nacional das Tradições de Raízes de Matrizes Africanas e Nações do Condomblé. Portanto, hoje, nossa iá Márcia, iá Patrícia, ekedi Patrícia, nós estamos no plenário desta Casa, fazendo a celebração de uma data que eu digo que vai, também, ser parte deste grande calendário de celebrações do movimento da luta anti-racista em nosso país.

Isso é importante, deputado Luiz Alberto, pois V. Ex.^a deu e tem dado tantas contribuições para a resistência negra na Bahia e no Brasil para América Latina, ao realizar encontros de parlamentares negros, que foram fundamentais para a nossa articulação no continente, mas, especialmente na América Latina e no Caribe.

Quero, também, dizer ao nosso desembargador Lidivaldo Britto, que acabou de se retirar, mas fez, aqui, memórias fundamentais. É inadmissível que nós estejamos numa terra como a Bahia... Luciana Mandelli, diretora-geral do Ipac, estou muito feliz, Luciana por você estar neste lugar, porque eu sei que você entende, conhece e tem compromisso com o patrimônio cultural baiano, que não pode prescindir da marca da cultura negra.

As populações negras de diferentes países africanos, neste solo, foram escravizadas e ergueram todos os templos cristãos. Não há nenhuma igreja, neste país e neste estado da Bahia, que não tenha sido construída com a força do trabalho dos nossos homens negros e dos nossos homens pretos, carregando pedra, saco de cimento e construindo cada templo.

No entanto, na hora em que este mesmo povo busca construir os seus próprios templos para celebrar seus orixás, seus inquices, seus voduns, aí, essas mesmas pessoas e suas religiões são demonizadas. A força do trabalho serve. Mas afirmar a sua própria identidade é tido como uma heresia. Portanto, é esta a situação das nossas tradições religiosas serem rechaçadas.

Nós estamos na Assembleia Legislativa. O Brasil ficou mais conservador, mais sectário. E quando Carlos Bastos foi atacado, quando fez uma obra no Rio de Janeiro, Jorge Amado disse que o sectarismo é uma desgraça. Essas são palavras dele, porque o sectarismo serve à maldade, serve à violência. E nós estamos, aqui, hoje, dizendo sim às diferentes nações do candomblé; e dizendo não à maldade, não à intolerância religiosa, não à violência fascista, que sempre tentou destruir o patrimônio cultural negro e as pessoas negras, que são assassinadas, muitas vezes, todos os dias.

Ter a atitude de fazer esta afirmação, trazer para este templo da legislação, que deveria ser laico, não deveria ter um painel como esse (aponta para o crucifixo na parede), com todo respeito aos evangélicos, com todo respeito às pessoas que são cristãs, que são cristãos. Mas uma Casa legislativa, ela tem o dever de ser laica, ela tem de ser aberta para todo mundo, ela não pode ter, não deveria ter a configuração de uma igreja ou de um terreiro ou de qualquer um outro templo, porque ela tem de ser o espaço da neutralidade para acolher a diversidade religiosa que nos compõe, que nos constitui.

Quanto a essa guerra, nunca haverá vencedor ou vencedora, porque as religiões de matriz africana nunca deixarão de existir. Elas precisam ser incorporadas ao projeto de nação, e não serem tratadas como a franja marginal.

Portanto, eu concluo, aqui, a minha fala dizendo: nem toda negra, nem todo negro tem obrigação de ser do candomblé. Mas todas as mulheres negras e todos os homens negros deveriam respeitar a história do candomblé na Bahia e no Brasil. E por quê? Foi, exatamente, o candomblé que foi capaz de guardar um pedaço de mim, de guardar um pedaço de nós, de guardar a nossa cultura, de se levantar e fazer a resistência. Quando ninguém poderia levantar a cabeça, o candomblé foi o primeiro a se levantar e a lutar pela humanidade negra, destituída pela tensão brutal da escravidão.

Portanto, viva as diferentes nações do candomblé!

Viva o povo preto, que nunca baixou a cabeça para a tirania, para os neofascistas!
Estamos vivas, vivos e fortes!

E com nosso ministério da Sepi de volta para o Brasil, com o nosso querido presidente Lula, porque o Nordeste é assim, é pura resistência.

Forte abraço.

Parabéns!

Axé para todas e todos. (Palmas)

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes): Muito obrigada, deputada Olívia. Sua fala nos revigora.

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes): Vou registrando a presença de Thaís Ramos Trindade, capitã PM-BA, coordenadora de Núcleo de Religiões de Matriz Africana; Jorge Ferreira, diretor na Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização (Seap); Marcela Guedes, cantora do Grupo Samba Ohana; Marlúcia Pereira Santos, mãe-pequena do Terreiro Colina Filha de Gandhi; Carlos Amorim, pai de santo, de Gira Umbanda, Terreiro de Ogum Oxossi; Gilmara da Conceição, filha de santo, Terreiro de Ogum; Neide Ferreira da Silva, Terreiro Mãe Colina-Pai Laje Grande; Edenildes Mendes dos Reis, filha de santo, do Terreiro de Xangô.

Eu convidei o Felipe, nosso secretário, porque ele fez um ato extraordinário na nossa cidade de Cícero Dantas. Ele, certamente, se preparou para contar para a gente.

Convido o Sr. Felipe Castro, secretário de Educação, Cultura e Lazer, do município de Cícero Dantas, para fazer o seu pronunciamento.

O Sr. FELIPE CARVALHO CASTRO: Boa tarde a todos e a todas.

Quero saudar a Mesa na pessoa da deputada Fátima Nunes e, ao mesmo tempo, parabenizá-la pela iniciativa.

Eu preparei, de fato, um texto até teórico. Mas não tenho condições de fazer neste momento, porque a emoção toma conta, a sinergia do espaço.

Então, primeiro, é agradecer e pedir licença para aprender, apreciar e respeitar. Inclusive, quando errar, também terá oportunidade de ser desculpado por não conhecer, porque, historicamente, como professor e aluno, a escola não me ensinou a convivência pacífica e serena.

Eu sou de Cícero Dantas. Em nosso interior, sou do Território de Identidade Semiárido Nordeste II, Polígono da Seca. E, lá, nós temos uma semente plantada. São 147 anos de uma cidade que nunca houve um plano de cultura escrito. No último ano, escrevemos e colocamos um espaço singelo e tímido, chamado Centro Interdisciplinar de Aprendizagem, Cultura e Memória do Bom Conselho. Bem, Bom Conselho foi o primeiro nome da minha cidade. Conseguimos construir alguns espaços. Colocamos as religiões lado a lado, como deve ser, um espaço dedicado à religião católica, mas, também, um espaço dedicado à religião de matriz africana com orixás, exus, pretos velhos.

Tivemos, na última semana, uma inauguração prévia com os nossos alunos. Tivemos uma identificação que já era sabido, do ponto de vista teórico, mas não do ponto de vista prático. Os nossos alunos tiveram essa identificação, fizeram gestos e sinais de agradecimento, porque, lá, se reconheceram.

Em Cícero Dantas, senhoras e senhores, conseguimos fazer um rastreamento de 23 terreiros ou centros que estavam à margem de um processo social. Nenhum está centralizado nas vias principais. Mas todos, pelo estigma, pelo medo, pelo preconceito, pela intolerância, em especial, dos últimos anos, começaram a se afastar dos grandes centros e adentrar, também, à zona rural, às zonas periféricas.

Nós colocamos esse espaço de centralidade para, justamente, poder dizer ao nosso aluno, a semente do amanhã, que ele pode pensar diferente; que ele vai conviver diferente; que, sobretudo, ele pode ter orgulho de ser quem ele é. Ele pode ser um povo preto, um povo que resiste. O povo preto não anda só. Ele, sempre, anda acompanhado. E os nossos alunos demonstraram, nesses últimos tempos, o orgulho.

Quanto a esta ação, deputada, proposta pela senhora, hoje, ela me remete a um provérbio bíblico advindo do cristianismo que diz assim: “O mal não é o que entra, mas o que sai da boca do homem.” Durante muito tempo, o mal se deu e se deu na forma física e material, exatamente pelas palavras malditas do maldizer, as palavras que matam pela simbologia da violência que elas causam, as palavras que matam pela violência e pela truculência que elas se apresentam.

A física quântica diz que ela ou ratifica ou retifica a realidade. Partículas de energia tecem a teia do comportamento humano. E é dessa forma que essa semente, plantada no município de Cícero Dantas, de colocação de espaço igualitário, entre todas as religiões, e uma saudação, porque é frontal, ao entrar no espaço, a primeira coisa que nós vamos ver é um Oxalá, é um Exu, é uma Pomba Gira, enfim, e alguns outros instrumentos ligados, também, à matriz africana.

Então, lá, a semente foi plantada.

Que possamos, no futuro, colher bons frutos porque sabemos que será esse o caminho, porque a inserção e a inclusão de toda a sociedade, neste processo educacional, são fundamentais.

Obrigado pela iniciativa.

Estou honrado em estar aqui hoje. Estou nervoso por estar neste espaço, e não saber nem me direcionar a tantas pessoas a quem eu devo muito respeito e devo desculpas, em nome de um processo histórico de segregação, inclusão, exclusão e violência.

Axé, a todos vocês.

Que Oxalá possa nos abençoar. (Palmas)

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes): Muito obrigado, meu caro secretário Felipe Castro.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes): Quero, também, registrar as presenças de André, professor de história, de Cícero Dantas; e de Leide Correia, diretora de Cultura, companheira e suplente de vereadora. Muito obrigada por você estar acompanhando o nosso querido secretário.

Gostaria de registrar, também, as presenças de Jaciara Santos, diretora de Comunicação, representando a Associação Bahiana de Imprensa (ABI); Valdimario Ferreira Beltrão, do Museu de Cera, Selos e Afins Waldimario Beltrão; Luís de Brito Bonfim, filho de santo do Terreiro de Xangô; Antônio Nunes da Silva, babalorixá do Terreiro Congo Ilê Axé; Joelson de Jesus Santos, do Terreiro Congo Ilê Axé; e João Vítor Souza dos Santos, do Terreiro Congo Ilê Axé.

E, agora, vamos assistir à apresentação cultural do Mestre Gigi. Prontinho, aí? Vamos lá? Podem levantar, podem balançar, podem se esquentar, porque dentro é um frio doido. Então, vamos aproveitar para nos animar nesta tarde tão bacana, tão legal e representativa da nossa história, nossa marca e nossa resistência. Tudo pronto, Mestre Gigi?

(Procede-se à apresentação musical.) (Palmas)

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes): Muito obrigada, Mestre Gigi. Foi muito boa a sua contribuição. Nós já estamos, assim, apressando, porque você sabe que o horário vai correndo. Nós, ainda, temos várias oradoras e vários oradores, na mesa.

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes): Vamos chamar, agora, a palavra da makota matuleji, do Terreiro Tumbangola, coordenadora-geral da União das Ekedes (Undeke-BA), Marilac Santos.

A Sr.^a MARILAC SANTOS: Boa tarde a todos.

Primeiramente, quero pedir a bênção aos meus mais velhos e aos meus mais novos.

Ex.^{ma} Sr.^a Deputada Fátima Nunes, na sua pessoa, eu cumprimento as autoridades políticas presentes. Irmão Ailton Ferreira, em sua pessoa, eu saúdo e troco a bênção com as lideranças religiosas e saúdo da sociedade civil.

O dia 21 de março é o Dia Nacional das Tradições de Raízes de Matrizes Africanas e Nações do Candomblé. Há uma lei que resulta da luta do nosso povo, da luta anti-racista que encontrou a sensibilidade de um governo democrático.

Na condição de ekede do Terreiro Tumbangola, quero ressaltar o papel das ekedes. A ekede é a mulher, é a mãe que cuida, é a mulher que aprende, no dia a dia, a cuidar, é a que chega mais cedo, é a que sai mais tarde, é a que ajuda a preparar os ritos, é a mãe que trata da vida social e religiosa da casa do culto aos orixás, inquices e voduns.

Na nação Angola, é a macota que desempenha o mesmo papel, é a liderança religiosa escolhida pela divindade ou pela liderança maior do terreiro para cumprir a missão de cuidar. A ekede é aquela que fica acordada durante todos os rituais e permanece acordada nas festas públicas, é a que prepara a cabeça, os oris para as iniciações e rituais das passagens.

Não existe casa de candomblé e não existe casa de umbanda sem ekedes. E, aqui, eu faço uma relação entre as ekedes, as mães religiosas, as mães do Brasil. E, em comum, elas têm a dedicação, o amor, o cuidado e o carinho.

É uma sociedade onde as mulheres são as responsáveis pela manutenção das casas, dos seus filhos e, muitas vezes, cuida dos filhos da vizinha e da comunidade, porque segue a nossa ancestralidade afro-ameríndia e que as famílias são ampliadas. Elas não terminam na porta da casa.

Por isso, na condição de coordenadora, de advogada da União das Ekedes da Bahia e da Undeke (União Nacional das Ekedes), quero agradecer à deputada, mãe e, também, filha Fátima Nunes, uma mulher do interior, uma mulher agricultora familiar, uma mulher católica, uma deputada da caatinga, que preside a Comissão Especial de Promoção da Igualdade, da Assembleia Legislativa da Bahia.

Quero parabenizar esta Casa.

Ao mesmo tempo, quero cumprimentar todas as pessoas presentes e dizer que, agora, temos o Dia Nacional das Tradições de Raízes de Matrizes Africanas e Nações do Candomblé, o dia nacional do candomblé. Isso é um marco histórico da nossa luta que coloca, no centro da história brasileira, a religião que, durante muitos séculos, foi tratada como coisa de segunda categoria por conta do racismo institucional, estrutural e religioso.

Viva o candomblé!

Viva a umbanda!

Viva a democracia!

Viva o 21 de março!

(A oradora se pronuncia em língua africana.) (Palmas)

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes): Obrigada, Marilac Santos.

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes): Agora, concedo a palavra a Patrícia Pinheiro, ekede de Ogum, diretora de cultura do Instituto África 900, presidente do Instituto Nacional e Internacional das Makotas, Ekedes e Yarobás. (Palmas)

Enquanto ela chega, registro as presenças de Rita Maria Ventura dos Santos, dirigente da Abam (Associação Nacional das Baianas de Acarajé); Nadinho, do Congo, Afoxé Filhos de Congo; ogan Alan, do Vozes do Axé.

A Sr.^a PATRÍCIA PINHEIRO: Boa tarde a todos.

Eu quero, neste momento em que tenho a praxe abrir qualquer fala, seja institucional ou não, saudar, em primeiro lugar, a minha ancestralidade, saudar o meu pai Ogum, dono do meu ori, o homem para quem eu fui confirmada e nascida, dentro da religião do Candomblé.

E, na pessoa da dedicação ao meu orixá, eu quero saudar todas os ogãs, ekedes, tatetos, mametos, todas ialorixás e babalorixás que se encontram presentes, nesta data tão emblemática e tão especial que comemora o Dia Nacional das Tradições de Raízes de Matrizes Africanas e Nações do Candomblé, através da Lei nº 14.519/2023, a ser comemorado em 21 de março. Então, comemoramos, nesta sessão especial, o dia 21 de março, em que o nosso presidente Lula nos deu este grande momento, este grande presente.

Peço a bênção a todas as minhas mães e aos meus pais pelo dia de hoje; a bênção à Bahia, a bênção a São Paulo, a bênção ao Brasil, a bênção ao povo preto que, dentro da diáspora, construiu esse legado maravilhoso que é o legado da história do povo negro, nesse grande tráfico transatlântico que, com todo sofrimento, chegou à Bahia e edificou, a partir da Bahia, o Brasil e todas as nações, edificou, através da nossa religiosidade também, um respeito à nossa identidade e à nossa afirmação religiosa.

Peço a bênção a todos vocês, por isso, e, também, pela luta e pelo espaço ocupado e pela resistência, como tão bem falou a nossa deputada Olívia Santana; a bênção por terem chegado aqui, resistido e terem ajudado, também, a construir este momento tão caro para todos nós. Neste momento, nesta Casa Legislativa, nós celebramos, como eu disse, o legado do povo negro no Brasil. A bênção! (Palmas)

Eu quero saudar, na pessoa da deputada Fátima Nunes, todos os deputados presentes. Ao mesmo tempo, eu quero agradecer o convite, feito a mim, para, aqui, participar, hoje, e tomar parte nesta Mesa.

Quero saudar a nossa querida deputada Olívia Santana, por quem eu tenho um profundo carinho e respeito, pois ela é a nossa mulher negra, que representa todas as mulheres negras com seu mandato. Quero, também, saudar uma deputada muito amiga, que não se encontra aqui, mas é uma amiga de luta e uma grande referência, que é a deputada Neusa Cadore (palmas), uma amiga de mais de 20 anos.

Quero agradecer, também, todos aqueles que, presentes ou ausentes, possibilitaram a realização desta sessão especial. Quero saudar todas as instituições, a nossa querida delegada-geral, Heloísa Campos de Brito, através da nossa querida diretora do Coercid (Coordenação Especializada de Repressão aos Crimes de Intolerância e Discriminação); a nossa querida secretária de Promoção da Igualdade Racial e a secretária de Política para as Mulheres.

Saúdo o nosso querido ogã Ailton Ferreira, referência Ogã da Casa do Oxumarê. A bênção, meu irmão. O meu pai o abençoe. Saúdo a nossa querida Márcia de Ogum, ialorixá Márcia, a quem eu quero parabenizar por toda sua força e representatividade. (Palmas) Saúdo o nosso querido padre Lázaro, referência na luta pelo respeito e a fé inter-religiosa. (Palmas)

Saúdo todas as ekedes da União Nacional das Ekedes, na figura da macota matuleji. E eu tive a honra de ser a primeira coordenadora da Undeke-BA e trazer, para a Bahia, a Undeke, há um ano atrás. É bom ver que essa semente germinou. Nós temos essa representatividade, essa referência da mulher negra e religiosa, também, aqui, no nosso estado.

Muito obrigada pelo discurso e pelo reconhecimento da nossa ancestralidade. (Palmas)

Gente, em 21 de março de 2017, eu tive o prazer de estar na primeira sessão solene, proposta pelo deputado Vicentinho, em Brasília, quando ele encaminhou, para tramitação, a lei que foi promulgada pelo nosso presidente Lula. Naquela ocasião, eu era conselheira jurídica do Intecab (Instituto Nacional da Tradição e Cultura Afro-brasileira).

Naquele momento, para representar a Bahia, eu tive o prazer de conduzir uma caravana de terreiros de São Francisco do Conde. Naquele momento tão importante, foi dado o pontapé inicial para uma lei que tramitou durante 8 anos e passou por um período de retrocesso de 4 anos, estagnada. O projeto de lei atravessou e enfrentou o preconceito.

Até agora, nós conseguirmos, no dia 6 de janeiro de 2023, que o nosso presidente assinasse, sancionasse e nos desse, de presente, o fruto de nossa luta. A Bahia esteve, lá, na primeira sessão solene no Congresso Nacional. A Bahia foi representada pelos terreiros do Recôncavo.

Deputada, eu não posso deixar de registrar algo. Para isso, eu peço licença para consignar a minha gratidão ao deputado Afonso Florence, pois ele era o então líder da bancada do governo no Congresso. Ele assinou um encaminhamento da lei, junto com o nosso deputado Vicentinho, para o projeto de lei tramitar e se tornar este grande legado hoje. Afonso Florece não se encontra presente, pois, hoje, é o nosso querido secretário de Estado. Mas foi, também, o deputado Afonso Florence quem contribuiu para a tramitação do referido projeto de lei.

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

E, durante esses 4 anos de retrocesso, nós tivemos o senador Paulo Paim no flanco da resistência para conseguir aprovar, no Senado, o projeto de lei, com todos os empecilhos.

Como testemunha desta história, eu tenho o orgulho de estar e ser testemunha desta história. Eu tenho orgulho, também, de ter participado e de ter levado a Bahia a

estar, lá, presente, levantando a sua voz contra uma época difícil. Eu não sei se vocês se recordam, mas foi uma época difícil em que os terreiros no Rio de Janeiro e São Paulo foram alvos contumazes de ataques racistas e intolerantes. Vozes se levantaram. Foi nesse contexto que este projeto de lei foi criado. Essa pele foi encaminhada. Foi um grito de resistência.

Nós temos, dentro da Lei nº 14.519, não só uma data comemorativa. Nós temos muito mais. Nós temos o marco regulatório de luta, ou seja, uma porta aberta para a afirmação de todas as políticas afirmativas e públicas que o povo negro conquistou neste país. E isso é bom. Eu digo sempre que, para bom entendedor, meia palavra basta para sabermos que este governo veio para consignar...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) a história do povo preto, o respeito à diversidade religiosa, o respeito à Constituição, à laicidade do Estado brasileiro.

O presidente Lula, em alto e bom tom, filho de Xangô, gritou, para nós, que o momento é nosso, a hora é nossa e que podemos contar, sim, com a nova era nas relações étnico-raciais e nas relações de combate ao racismo estrutural, institucional, ambiental neste país. (Palmas)

E o nosso povo de santo pode ter a plena certeza de que a Lei nº 14.519, como acabei de afirmar, é muito mais do que uma data comemorativa. A Lei nº 14.519 é muito mais do que um ato de reparação. A Lei nº 14.519 é um ato de respeito, respeito a todos aqueles que vieram antes de nós e aqueles que lutaram e continuam lutando neste país contra a desigualdade, contra o ódio trazido pelo bolsonarismo, contra o sectarismo, contra a divisão de uma população e de um país que, ainda, delega e denega direitos em virtude da cor da pele, a quem atribui privilégios em virtude da cor da pele e, em virtude da cor da pele, também, os tira.

Quanto ao combate contra o racismo estrutural, a Lei nº 14.519 é muito mais do que um marco regulatório para o povo de santo, é um ato de respeito, é um ato de gratidão, é um ato acima da reparação, é um ato de humanidade que dialoga...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) com todos os direitos garantidos, não só pela Constituição, mas pela Declaração Universal dos Direitos Humanos e todos os pactos internacionais que nos garantem o direito à existência e o direito à liberdade religiosa.

Muito obrigada, presidente Lula! (Palmas)

Muito obrigada, deputado Afonso Florence! (Palmas)

Muito obrigada, deputado Vicentinho. (Palmas)

Muito obrigada, povo de santo pela luta (palmas), pela história e pelo fato de vocês serem, hoje, a razão pela qual eu existo e a razão pela qual eu me afirmo como mulher negra e de candomblé, filha de Ogum com Iansã, com muito orgulho.

A bênção a todos!

(A oradora se pronuncia em língua africana.) (Palmas)

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes): Muito obrigada, querida Patrícia Pinheiro, uma riqueza a sua fala, uma riqueza a sua força para nós, todas e todos, aqui.

A deputada Fabíola Mansur mandou também a sua mensagem de abraço para todos e todas, parabenizando Fátima Nunes, a deputada que fez esta homenagem, que,

como disse a Patrícia, é muito mais do que uma homenagem. É luta e é certeza de caminhada para vencermos muitos desafios que ainda temos pela frente.

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes): Agora eu convido, para fazer uso da palavra, a coordenadora estadual de repressão aos crimes de intolerância e discriminação, delegada Ana Cristina, que é representante da delegada-geral da Polícia Civil, Heloísa Brito.

Ana Cristina, a senhora está com a palavra, é muito importante a representação do governo aqui.

A Sr.^a ANA CRISTINA DE CARVALHO: Boa tarde a todas e a todos. Para não me estender muito, eu reitero todas as falas aqui, principalmente no que tange ao respeito, não é? A Coercid, que é uma coordenação da Polícia Civil, do Departamento de Homicídios, vem para... e traz uma proposta... Nós fizemos 1 ano de atividades no último dia 21 e temos por missão acompanhar todas as ocorrências relacionadas aos crimes de racismo, intolerância religiosa, LGBTfobia e pessoas com deficiência em todo o estado.

E, quando a gente fala em intolerância religiosa, é sempre bom ressaltar que a gente não espera mais a tolerância, não é? A palavra “tolerância”, às vezes, dá a impressão de que estão fazendo favor às senhoras e aos senhores. Não, a gente tem que exigir respeito, uma vez que o Estado brasileiro é um Estado laico, como já foi falado aqui, e a todos cabem professar suas crenças, suas religiões ou até não professar porque também é direito, cabe às pessoas também o direito de não professarem nenhuma religião.

Então, eu coloco a Coercid à disposição das senhoras e dos senhores. Se não tinham conhecimento, agora passam a ter, a gente atua no Pelourinho, na Rua do Tesouro, nº 39, temos feito acompanhamento de algumas situações que ocorreram, estamos trabalhando em rede, inclusive temos alguns dos nossos parceiros e parceiras aqui, a Defensoria Pública, a Sepromi, a Polícia Militar (a Nafro)...

O trabalho em rede facilita e ajuda bastante porque, como dito anteriormente, ninguém trabalha sozinho. Juntos, nós somos mais fortes e, com certeza, teremos o resultado que esperamos, que é uma sociedade, realmente, livre, justa, igualitária e com respeito a todas as religiões e todas as crenças.

Muito obrigada. (Palmas)

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes): Muito obrigada, querida Dr.^a Ana Cristina, muito importante também saber que podemos continuar avançando nas políticas públicas da segurança, do zelo, do respeito, isso é importante.

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes): Nós temos ainda algumas falas, praticamente três, então vou pedir para termos mais um pouco de paciência.

O nosso querido Gerônimo pediu para se despedir em público, ali, na tribuna; e a nossa querida secretária da SPM, Elisângela Araújo, pediu também permissão para que ela vá para outras atividades, e ela está deixando duas tarefas para a secretária Ângela Guimarães. Por conta das atividades, vão se dividir aqui, agora.

Mas, muito obrigada, minha querida secretária Elisângela Araújo, é muito bom você estar aqui conosco. Amanhã, pela manhã, teremos a audiência, sessão especial das mulheres, mais uma tarefa para a senhora. Então, muito obrigada pela sua presença, e vamos seguindo aqui. Obrigada. (Palmas)

Eu também já tinha dito que a Mesa estendida estava com o deputado Bira Corôa, e ele está ali até agora. Então, como esta Mesa vai melhorando, aqui, a... fique tranquilo, viu? Obrigada.

Então, Gerônimo, 3 minutos para você agradecer, e muito obrigado também.

O Sr. GERÔNIMO SANTANA: São 3 minutos. Obrigado!

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes): Eu lhe agradeço também.

O Sr. GERÔNIMO SANTANA: Desculpem-me, eu queria contar duas histórias, porque a história afrodescendente... a religião afrodescendente é baseada nos feitos e nas histórias. Como o fundamento sempre foi oral, é ensinado oralmente, eu quero render homenagem a uma figura chamada Manoel Falefá. Na década de 40 e de 50, ele foi uma das pessoas que impôs o curso para as crianças aprenderem as línguas de origem africana: iorubá, iruncundo, quimbundo, enfim.

Mas a primeira história que eu vou contar: assim como se conta na religião católica (o homem que nasceu aqui se tornou filho de Deus), apareceu um homem, em certa época em que o mundo não tinha nada de tecnologia, aí chegaram para ele e perguntaram: “Quem é você? O que você faz por aqui?” Ele aí respondeu assim: “Cosi euê, kosi orixá”, mas ninguém entendeu. Aí perguntaram quem era ele, e ele disse: “Então eu vou explicar melhor, eu sou aquele que guarda a luz das estrelas na alma de cada folha, o meu nome é Aroni”.

Então, o povo de santo, de candomblé, sabe que toda folha, ela absorve a luz e a transforma em oxigênio. Isso aí os homens brancos descobriram há pouco tempo, mas o povo de santo já sabia. Uma história é essa, a de Aroni. E a segunda história, para terminar, como eu sou um griô, sabemos que o candomblé, a religião descendente africana, sempre sofreu perseguições. Na década de 20 e 30, meu Deus, nem pensar.

Tinha um delegado, eu não vou dizer o nome dele, que é de uma família tradicional daqui, da Bahia, ele entrava nas casas de candomblé, dava porrada em pai de santo, batia, prendia filho de santo, era um problema sério esse senhor. Aí, o que foi que aconteceu? Era dezembro, festa de Oiá – Eparrei, Oiá! –, e ele falou: “Eu vou acabar com aquele candomblé hoje!” E a festa rolando.

Então, o povo negro já sabia que, para tocar, era melhor tocar baixinho para não incomodar o vizinho, sempre foi assim, com respeito, olha só.

Mas ele sabia da festa, informaram a ele. Esse homem adentrou o terreiro de candomblé, quando ele botou o pé e foi pra cima dos alabês para parar o ilú...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Para terminar...

(...) para parar o ilú, sabe o que foi que aconteceu? A escrava de Iansã o pegou. Ele se manifestou em Oyá, imagine. Um delegado tradicional – entendeu? –, de família tradicional, pegou Iansã, Iansã o pegou, ele dançou, dançou, dançou, parou na frente dos alabês e botou a mão na cintura, dizendo: “Eu quero a saia.” Pegaram a saia, vestiram ele de saia, e ele dançou a noite toda!

Amanheceu, depois, deitado num amontoado de lixo e viajou para o Rio de Janeiro para nunca mais ficar aqui, na Bahia, porque o povo nagô sabia do dia em que Pedrito Gordo pegou Iansã.

Obrigado. (Palmas)

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes): Muito obrigado, Gerônimo. Esse é um registro importante da nossa sessão.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes): Agora eu vou convidar, para fazer uso da palavra, o padre Lázaro Muniz.

O Sr. LÁZARO MUNIZ: Boa tarde a todas as pessoas! Neste momento todo especial, quero saudar, com muito carinho, a deputada Fátima Nunes, agradecer-lhe pela oportunidade de estar aqui e, na pessoa dela, saudar toda esta Mesa tão querida, tão honrosa.

Para mim, estar aqui, neste momento, é mais do que um ato de agradecimento, é uma honra poder fazer parte de uma sessão como esta, que traz algo que é muito significativo e muito importante.

Por isso, eu quero colocar a minha fala com três palavras que, para mim, são fundamentais para esta tarde, que são: “perdão”, “direito” e “tradição”. “Perdão”, “direito” e “tradição”. Eu começo pelo “perdão” porque, justamente, o dia 21 de março é muito significativo, me faz, como homem de igreja, como homem de religião, como homem católico, reconhecer que eu preciso, depois desse horror todo da escravização, depois dessa perseguição toda realizada às tradições de matriz africanas e às nações do candomblé... só me resta, como homem de religião, pedir perdão, porque foi culpa nossa em muitos aspectos. (Palmas) Foi, de fato, uma ação nossa, de homens e mulheres cristãos, que provocaram justamente todo esse horror da escravização, da anulação, do racismo, do racismo religioso.

Claro que, ao longo da história, muitos tentaram mudar esse processo, mas eram vozes um tanto isoladas e perdidas. Para não dizer que tudo era ruim e pecado, teve gente que lutou e procurou construir um caminho novo. Então, eu sempre aproveito esses momentos para pedir perdão, dizer a vocês, a todos e a todas, pedir a bênção às mães, aos babás, às iás na alegria de poder reconhecer o quanto o candomblé foi, ao longo da história, muito especial para a Igreja Católica.

E por que eu digo muito especial? Porque foi graças ao candomblé e, depois, à umbanda que, em muitas comunidades, as comunidades mais simples, onde os nossos padres não chegavam... Quem manteve a fé católica foi o candomblé. Quem ajudou a manter as tradições católicas das rezadeiras e tantas coisas foi, justamente, o candomblé. Por isso que o sincretismo é tão valioso para um e para outro, e hoje o pessoal procura ver o sincretismo como algo negativo, mas, se não fossem os processos sincréticos de muitos lugares, não existiríamos e não estaríamos presentes como Igreja Católica em diversos lugares. Por isso, eu agradeço e peço o perdão.

Uma segunda palavra, com certeza, é o “direito”, e hoje eu escutava de uma iá, a mãe Ângela, do Gantois, e ela dizia justamente: “Isso é um direito nosso que nunca foi tirado, nós apenas não tínhamos condições de tornar esse direito tão presente”. De fato, por isso o 21 de março se inscreve como um ato de reparação, de reconstituição

daquilo que já era direito dos povos originários, os povos das nações de matriz africana, e que muitas vezes foi perdido.

Quando nós falamos das tradições de matriz africana...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) não podemos esquecer do samba, não podemos esquecer da capoeira, não podemos esquecer dos congados, dos reisados, tudo isso está ligado a essas tradições.

E minha última palavra é “tradição”, eu ouvi ontem, na reunião de um bispo da nossa igreja, quando nós conversávamos sobre as irmandades, alguém dizer “Ah! mas tem que defender as tradições”, o que lembrou uma frase que, para mim, é importante. Ele disse: “Tradição não é recolher as cinzas, tradição é manter o fogo aceso”, então ele lembrou que não é simplesmente recolher as cinzas, porque, muitas vezes, fica parecendo que tradição é ter que voltar a tudo que estava lá atrás.

Tradição é trazer presente o fogo que continuou aceso, e, graças a esse fogo, hoje podemos celebrar o 21 de março. Porque o fogo trazido por Xangô, por Oiá e por todas as outras entidades, certamente, esse fogo permanece.

Então, eu só quero dizer aos irmãos e irmãs das nações do candomblé: mantenham esse fogo aceso, vida longa, com certeza, ao candomblé e a todas as tradições...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Muita paz. (Palmas)

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes): Muito obrigado, padre Lázaro. Quando eu comecei a sessão, eu disse para as meninas ali: “Estão prontas? Fogo!”. Aí alguém pode ter pensado assim: “Poxa, será que essa mulher quer fogo aqui dentro?” Mas é esse fogo que nos anima, que nos ativa, que nos esquentar, o fogo divino.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes): Agora eu concedo a palavra à representante do Terreiro Ilê Axé Omin Ota Odara, do Rio de Janeiro, a antropóloga Ana Mandarin.

A Sr.^a ANA MANDARINO: Bom dia, a bênção a todos e a todas, muito obrigada, deputada Fátima Nunes, pelo convite mais uma vez. Vocês devem estar se perguntando: “O que essa mulher que veio do Rio de Janeiro, representando um terreiro do Rio de Janeiro, está fazendo aqui?” Deixe-me explicar rapidamente por que a gente só tem 5 minutos.

Eu fui iniciada no Rio de Janeiro, sim, 28 anos atrás, mas eu vim para a Bahia no ano de 2008 para fazer o meu pós-doutorado e aqui fiquei. E sempre trabalhei, desde o Rio de Janeiro, com as questões raciais e com Antropologia da saúde da população negra. Então, eu acabei virando um pouco baiana também, embora já fosse macumbeira há muito tempo.

Bom, hoje a gente está comemorando um dia muito importante para todos nós, várias pessoas na Mesa já falaram que este dia é importante, que, como uma menção reparatória, ele não pode ser esquecido nem apenas celebrado, mas deve ser, sim, um marco regulatório de outras ações que nós precisamos levar adiante.

Então, depois de ouvir tantas falas interessantes, eu fiquei pensando o que eu iria falar. E aí eu fiz uma anotação rápida, pela manhã, que eu acho que pode ser

interessante para que a gente pontue algumas das questões que já foram levantadas aqui.

Bom, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, apoiado pela Unesco, registrou, no ano de 2019, 477 casos de intolerância religiosa; no ano de 2020, 353 casos de intolerância religiosa; e no ano de 2021, a gente tem aí um espaçamento, e a gente vai atribuir isso à pandemia, quando nós todos ficamos reclusos, as atividades litúrgicas ficaram reclusas. Nós não tivemos espaço para nos mostrar, então as pessoas também não nos olhavam e não nos atacavam. O que é que acontece? Esse número pulou de 353, no ano de 2020, para 966 casos de registros de intolerância religiosa e cerca de 300 casos de invasões de terreiros, por todo o território nacional, no ano de 2022.

O mais grave é que esses terreiros invadidos em várias partes do país, eles, muitas vezes, foram invadidos por cidadãos que se autoaclamavam como soldados de Jesus. E por que eu estou falando isso? Porque nós estamos discutindo intolerância, e eu nunca soube – fui criada na fé católica – que Jesus dizia que os outros que eram diferentes deveriam ser combatidos.

Esses senhores se autointitulam soldados de Jesus, expulsam as comunidades de terreiros dos seus espaços, e muitas vezes os terreiros se tornam espaço de distribuição de tráfico ou, mais grave ainda, as suas sedes são distribuídas entre membros das comunidades neopentecostais, que acabam por invadir os terreiros e, dentro deles, constituírem novas igrejas. Ou seja, as invasões são feitas para que os terreiros, destituídos do seu espaço, se transformem em células neopentecostais de intolerância.

Depois de tudo o que nós ouvimos, temos que celebrar, sim, o dia de hoje como uma data extremamente importante, é de extrema honra para todos nós que estamos aqui estar participando disso. Conforme a nossa companheira falou, desde 2017, e é verdade, há a gestão desta lei, e ela espera por 6 anos para que saia do papel.

Então, todos nós temos, realmente, que nos sentir honrados por estar aqui participando, mas não podemos nos deixar levar e acreditar que esta ação ou essas ações que estão acontecendo por todo território nacional como celebrações fiquem apenas nisso. Não podem ser somente celebrações, temos que usar este espaço, este Plenário e todas as condições que estão se apresentando a partir de um novo momento político para fazermos o registro de várias reparações necessárias.

Nós temos o direito de estar nesta Casa, nós temos o direito de estar em qualquer lugar, por quê? A primeira coisa que nos chama atenção na Constituição de 1988, no art. 5º, é que lá diz que nós vivemos num país laico. Vivemos, sim, num país laico, mas que é também...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Já vou.

(...) considerado o maior país católico do mundo. E aí a gente entra num espaço público institucional e nos deparamos com uma homenagem a um único segmento religioso. Assim que eu me sentei aqui, eu levei um susto porque eu vi também a Bíblia, e eu sei que isso faz parte do ritual de todos os órgãos públicos deste país.

Então, fica aqui o meu registro para que a gente pense nesses dados que são muito sérios. Que a gente use esse dia não só como um espaço de celebração, mas também como um espaço em que outras ações de políticas públicas possam e

devam ser pensadas para que a gente possa, de fato, encontrar um dia 21 de março para somente poder celebrar.

Muito obrigada.

O Sr. PRESIDENTE (Fátima Nunes): Muito obrigada, Ana Mandarin, pela sua contribuição.

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes): O trabalho aqui prossegue e, com certeza, nós vamos ter que consertar umas coisinhas aqui na Casa.

Assistiremos agora a uma apresentação cultural. Nós convidamos, estão ali todos preparados, o Pandalessir, Oiá Pandalessir.

(Procede-se à apresentação de dança ritualística.)...

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes): Muito obrigada, caros amigos e amigas! Motumbá!

Temos agora a palavra da nossa secretária da Sepromi, a companheira e amiga de batalha de sempre Ângela Guimarães. (Palmas)

A Sr.^a ÂNGELA GUIMARÃES: Boa tarde a todas as pessoas, peço licença à ancestralidade para estar aqui, nesta tarde, com vocês, a bênção às mais velhas, aos mais velhos, aos mais novos, às mais novas. Saúdo a proponente da sessão, a deputada Fátima Nunes, por esta importante e histórica celebração, deputada Fátima, que sempre desempenhou, nesta Casa, um papel fundamental, um papel estratégico à frente da Comissão de Promoção da Igualdade, trazendo, em parceria com os povos de terreiro, com os movimentos da luta antirracista, com as instituições sociais, temas de imensa grandeza para a reflexão desta Casa.

Saúdo também a deputada estadual Olívia Santana, primeira mulher negra eleita nesta Casa (palmas), também autora, na época do seu mandato de vereadora, do Dia Municipal de Combate à Intolerância Religiosa; saúdo todas as representações, porque a gente não vai ter tempo, mas quero deixar um abraço a todas as parcerias aqui presentes; saudar a representante da Undec; saudar a equede do Terreiro Tumbangola, Marilac Santos; a equede Patrícia Pinheiro; a nossa querida ialorixá mãe Márcia de Ogum; o Sr. Ailton Ferreira, representando a nossa secretária Fabya Reis, da Seades; e o nosso querido padre Lázaro.

A gente vai elevar, aqui, uma campanha por milhares de padres Lázaros nas nossas vidas, para que a gente, de fato, tenha essa prática do respeito, da convivência, do reconhecimento da importância da diversidade religiosa e do reconhecimento da humanidade no outro e na outra, como tão bem é a marca da sua trajetória, padre Lázaro.

Bom, quero iniciar a minha fala reforçando, como as demais pessoas aqui colocaram, a importância histórica do ato de reparação que foi a instituição do dia 21 de março como o Dia Nacional das Tradições de Raízes de Matrizes Africanas e Nações do Candomblé, sancionada pelo presidente Lula no último dia 5 de janeiro. Esse ato é resultado da nossa luta histórica, da luta dos povos de terreiro, da luta das religiões de matriz africana pela nossa existência, pelo respeito à nossa relação com o sagrado, pelas nossas formas de ser e estar no mundo.

Quero ressaltar também que essa data se soma ao Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial, e nós sabemos, querido Ailton Ferreira, que é o racismo o fundamento do ódio contra as religiões de matrizes africanas. Essa perseguição aos rituais e liturgias de origem africana é antiga no Brasil, remonta ao período colonial, e nós já passamos por vários capítulos dessa luta.

Desde a repressão, a proibição, por meio da legislação penal, do toque dos terreiros, da nossa existência, da nossa relação com o sagrado, nós passamos também por uma série de violações das nossas casas pelo Estado brasileiro, que recolhia os nossos objetos sagrados, religiosos. Nós passamos também por uma série de momentos em que, durante a ditadura militar e mesmo agora, recentemente, durante o governo do inominável, prevaleceu o ódio, prevaleceu o fascismo...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) prevaleceu os ataques à população negra, aos povos indígenas, aos povos quilombolas.

Também foi nesse ambiente do fascismo que cresceram os ataques às religiões de matriz africana, como muito bem falou a antropóloga que me antecedeu aqui, que destacou o salto monumental das denúncias das práticas de ódio e de racismo religioso contra as nossas casas, contra as pessoas de religiões de matriz africana, um salto imenso em 2022.

Com a chegada do presidente Lula à Presidência da República, um novo capítulo se inseriu nas nossas vidas. É muito simbólico que, no quinto dia do seu governo, ele tenha sancionado essa lei como um ato de reparação e que, anteontem, no dia 21 de março, fazendo jus à luta histórica e célebre de pessoas como as saudosas Mãe Menininha do Gantois, Mãe Stella de Oxóssi, Makota Valdina Pinto e cada um e cada uma de nós que se encontra aqui, neste Plenário, ele tenha atendido a essa reivindicação histórica, assegurando essa data no calendário.

Assim fez também o nosso sempre deputado Bira Corôa, em 2003, quando promoveu, no seu primeiro mandato, na sua primeira legislação, a inclusão obrigatória do ensino da história da África e da cultura afro-brasileira e africana nas escolas, do qual o nosso país ainda é devedor, o nosso país como um todo, cada município e todos os estados.

Nós devemos continuar persistindo para que a lei da história e da cultura afro-brasileira e africana se faça uma realidade, para que episódios que são constantes, infelizmente, presidenta Rita Santos, da Abam, como o episódio da violação do livro *Amoras*, do cantor e compositor Emicida, não seja uma realidade, minha presidenta Luciana Mandelli.

Então, é importante ressaltar que o avanço da legislação precisa ser acompanhado da transformação de comportamentos e atitudes. E nós, aqui, na Bahia,

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) temos há 15 anos...

Para concluir. Esse “para concluir” é sempre a brecha que a gente tem para falar mais 1 minutinho, não é? Mas, para concluir.

(...) Nós temos instrumentos importantes como o Estatuto da Igualdade Racial e de Combate à Intolerância Religiosa, uma legislação única no país, com instrumentos efetivos como o Centro de Referência de Combate ao Racismo e à Intolerância

Religiosa Nelson Mandela, que acolhe essas denúncias, que tem uma equipe multidisciplinar de acompanhamento. Mas nós precisamos de mais, nós precisamos evitar que as violações dos direitos das pessoas negras e das pessoas de matriz africana aconteçam.

Por isso, estamos empenhados e empenhadas, do ponto de vista do governo do estado, em fortalecer, Dr.^a. Ana Cristina e Dr.^a... representante, aqui, da nossa Defensoria Pública do estado, me fugiu o nome. Mas estamos empenhados em fortalecer a nossa rede de combate ao racismo, que ela tenha uma itinerância junto com o nosso centro de referência Nelson Mandela, adentrando o interior da Bahia, onde estão se avultando uma série de denúncias, meu querido professor Hélio...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) E isso exige da gente uma união verdadeira entre os esforços do movimento negro organizado, das casas de axé, das instituições públicas para que, desde a nossa escola à nossa imprensa, cada uma das instituições públicas, a gente tenha o verdadeiro engajamento numa postura antirracista. Não adianta só a gente agir quando o crime de racismo, quando o crime de intolerância religiosa, quando o crime de ódio religioso já aconteceu.

Então, eu me despeço colocando a nossa Secretaria de Promoção da Igualdade Racial e de Povos e Comunidades Tradicionais à disposição, o nosso centro de referência, ressaltando sempre que as tradições de matriz africana são elementos fundamentais na construção da identidade do nosso país, a Bahia é esse território chamado África reconhecido mundialmente. Não à toa, no último domingo, nós recebemos no Quilombo Quingoma, em Lauro de Freitas,...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) o título de único território iorubá do mundo, (palmas) reconhecendo a presença e a recriação dos modos de ser e de viver do continente africano aqui.

Então, vamos seguir de mãos dadas, denunciando as violações, atuando para que a legislação seja cumprida, para que nenhum racista, para que nenhum intolerante, para que nenhum fascista fique fora da cadeia, mas também executando e efetivando o que Nelson Mandela nos ensinou: se as pessoas são educadas para o ódio, elas crescem e vão praticar o ódio; mas, se elas são educadas para o amor, para o respeito e a convivência, elas vão seguir esses princípios.

Viva aos povos de matriz africana, viva a cada terreiro, viva a cada ialorixá, a cada babalorixá, a cada equede, a cada um de nós que faz parte dessa grande comunidade que são as religiões e as tradições de matriz africana no Brasil e na Bahia. Um grande abraço. (Palmas)

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes): Minha cara secretária, muito obrigada pela sua presença, pelas suas falas e sua contribuição de luta. E, como é uma sessão especial, nós quebramos alguns protocolos, porque geralmente a secretária fecha a sessão. Mas nós temos aqui três pessoas que se inscreveram desde cedo, e a gente não vai negar a palavra a essas companheiras e companheiros.

Então, eu já encarreguei o nosso major, que representa o secretário da Segurança Pública, major Garcês, para fazer a última fala, o encerramento.

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes): Então, vamos dar a fala agora para mais uma mulher, a companheira Vanessa Nunes, coordenadora do Núcleo de Equidade Racial da Defensoria Pública, representando a Dr.^a Firmiane, que tomou posse esta semana nesse cargo tão importante. Depois, vamos ouvir Ailton, da Seades, e por último, nosso capitão. Mas a gente compreende a sua necessidade de sair. Muito obrigada.

A Sr.^a VANESSA NUNES: Boa tarde a todas as pessoas presentes. Quero agradecer à deputada Fátima Nunes por ter convidado a Defensoria Pública para estar aqui hoje. Minha fala vai ser bem breve.

Eu, na verdade, estou bastante emocionada por estar aqui, neste púlpito, porque não é todo dia que eu tenho a oportunidade de estar num espaço com tantas pessoas negras com a posição reconhecida de autoridade. E, aí, eu tenho muito... me sinto muito à vontade para dizer isso, e dizer que eu não estou me referindo apenas à Mesa, que é uma Mesa muito representativa, mas estou me referindo a todas as autoridades religiosas que estão aqui.

Então, por isso que eu também fiz questão de fazer uso da palavra e ocupar este espaço, porque para uma mulher negra sempre uma oportunidade de falar é uma oportunidade muito grandiosa, tem um papel político, um efeito político. Então, eu faço esse uso nessa condição.

Também para dizer às senhoras e aos senhores que a Defensoria Pública tem o compromisso de lutar contra o racismo religioso, que a Defensoria Pública é uma instituição que deve ocupar esse papel, que tem feito um esforço para o enegrecimento dos seus quadros. Estou aqui, inclusive, na condição de uma mulher que ingressou na instituição pela política de cotas. Então, estou aqui falando por mim, falando pela minha instituição, e também representando a luta de todos os parlamentares negros, de todo o movimento negro, que lutou para que existissem políticas afirmativas no serviço público. Então, me sinto muito contemplada por este espaço.

Quero, mais uma vez, dizer que a Defensoria Pública do estado da Bahia está a serviço do povo negro, esse serviço tem que ser cobrado, inclusive, tem que ser utilizado, tem que ser exigido.

Em relação especificamente aos povos de terreiro, a gente sabe que tem a questão muito grave da intolerância religiosa, que é praticada com violência contra as pessoas praticantes das religiões, mas a gente tem outros direitos também que a gente precisa garantir: a regularização fundiária, a imunidade tributária, a educação em direitos. Tudo isso são atribuições para as quais a Defensoria Pública está disponível para trabalhar em parceria.

Obrigada por este momento. Obrigada, deputada, por esta oportunidade. Assim como eu nessa condição assumo o meu compromisso de fazer a Defensoria mais negra, eu convido as senhoras e aos senhores a que estejam junto conosco para fazer dela um lugar ainda mais negro.

Obrigada e boa tarde. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes): Muito obrigada, minha cara defensora luz Vanessa Nunes. É minha parenta, Lopes. Que bom!

Geralmente, a gente convida, reforma a Mesa, desmancha a Mesa. Então, a gente está reformando a Mesa. Vem cá, Luciana Mandelli. Você já fez uso da palavra, já estava na Mesa, mas vem para cá agora. O deputado Bira também já chamei duas vezes, mas é que quando a gente está por ali a gente vai resolvendo umas coisinhas. Quando ele voltar, ele vê.

Pois bem, agora vai fazer uso da palavra o nosso querido Ailton Ferreira, ele que é assessor da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social da Bahia – Seades. (Palmas)

E preparem os tambores porque antes da fala do nosso major PM Thiago Garcez teremos a música, que é importante.

O Sr. AILTON FERREIRA: Boa tarde a todas e todos.

Peço agô, banda gira, tomo a bênção aos mais velhos, às mais velhas, e que Ogum nos proteja neste final de tarde.

Saúdo a minha companheira, amiga deputada Fátima Nunes. Na pessoa dela eu saúdo todos os parlamentares e as parlamentares desta Casa; a minha iyá Márcia de Ogum, a minha makota Patrícia Pinheiro; a minha makota também, ekedi Marilac, lá na ponta; meu irmão major Thiago; meu padre Lázaro Muniz, da nossa Irmandade dos Homens Pretos, ao qual eu tomo a bênção também, e tomo sempre; a minha companheira da Coercid, a delegada Dr.^a Ana Cristina; a minha companheira Vanessa, aqui representando a democracia através da Defensoria Pública, que garante às pessoas que não têm condições pelo menos a proteção devida que o estado brasileiro tem de assegurar; Luciana Mandelli, que está ali, de cabeça baixa.

Eu também só fico de cabeça baixa nas fotos, não aguento mais tomar carão: “Meu pai, o senhor só sai de cabeça baixa.” Eu digo: fazer o quê? Tem que responder às mensagens, porque o povo se zanga com a gente.

Minha irmã antropóloga, sua bênção. Esqueci o seu nome; meu irmão secretário. Nesse instante, estava tocando para Iansã e eu lembrei de Caetano Veloso quando ele disse que é impressionante a força que as coisas parecem ter quando elas precisam acontecer. Eu vi uma irmã minha, que eu não vou dizer o nome, que estava de muleta, jogou a muleta para cima e saiu no xirê dançando. Eu disse: “Mas rapaz, a dor passou rapidinho. Não foi, Rita?” Mas não vou dizer o nome, Rita, juro que não vou dizer.

Esta tarde, deputada, celebra o Dia Nacional das Tradições de Raízes de Matrizes Africanas e Nações do Candomblé. É bom lembrar que essa data vem, deputada, depois de muitos anos de luta.

Minha companheira, minha irmã Luciana Maia, professora, chegou nesse instante, correndo; meu irmão Valter. Eu acho que a autoridade religiosa mais antiga está aqui atrás, junto conosco, meu companheiro Bira Corôa, que também estava aqui...

Há pouco eu estava conversando com Livaldo Britto, nosso desembargador... Faço assim porque ele não quer que eu o chame de doutor, porque nós somos parceiros de muitas lutas. Eu lembro que lá pelos idos de 2004 a gente teve que lutar para tirar aquele livro “Orixás, Demônios ou Santos” das prateleiras das livrarias. E foi um trabalho junto com o desembargador Livaldo Britto quando eu era presidente do Conselho da Comunidade Negra do Estado da Bahia. Com esse mesmo parceiro, Livaldo Britto, que é autor de um livro sobre candomblé e o amparo legal aos terreiro de candomblé, nós e a Márcia tiramos também um programa que ia ao ar ao meio-dia,

que dizia “Fala que eu te escuto”. Esse programa massacrava principalmente a juventude, que chegava da escola e via a TV, a televisão, que é um grande espaço de diversão e informação, falando mal dos seus pais, suas avós, chamando de pai de chiqueiro, e a gente conseguiu, num movimento político, tirar do ar.

Então, esta Casa também é o espaço onde foi lançado o estatuto, minha companheira Dani... Quando o deputado Walmir Assunção ainda era deputada estadual, lançou aqui, apresentou aqui, depois de muito debate, o Estatuto da Igualdade Racial, que depois foi aperfeiçoado, e o deputado Bira Coroa o apresentou à sociedade, junto com o governador Jaques Wagner, em 2014. Então, são várias atividades, vários eventos.

Em 1988, o Brasil discutia, Vanessa, os 100 anos sem abolição. E era uma foto enorme do nosso grande ator Mário Gusmão, dizendo que não havia tido abolição. E somente 100 anos depois é que o estado brasileiro criou a Fundação Palmares, que o governo passado destruiu. E no primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva foi criada a Secretaria da Igualdade Racial, com status de ministério, em 2003. Foi também no primeiro governo de Luiz Inácio, ainda no início do governo, sancionada a Lei nº 10.639, que obriga as escolas públicas e privadas, Bira Corôa, a tratar da cultura, da história africana e da literatura afro-brasileira.

A minha geração, Luciana, não sabia o que era África, não sabia o que era Egito, e às vezes a gente se atrapalhava. Achava que África era um país e achava que África era igual Espanha, Portugal, Uruguai e Chile. Muita gente só veio aprender, deputada, o que era a África e que tem 54 países reconhecidos pela ONU através dos blocos afros, que ensinaram para a gente o que era Nigéria, Madagascar, Etiópia. As pessoas não sabiam o que era e quando falavam de Egito, falavam de um Egito branco, de uma rainha Cleópatra que também era branca, e nunca disseram para nós que as pirâmides, que a matemática, que a engenharia, que a medicina, que o embalsamamento de corpos eram feitos por gente da África, e gente negra. Então, o Brasil está se reencontrando. A terra está ficando de novo redonda para nós e a gente está podendo afirmar numa data como esta que tem um dia, sim, das religiões de matrizes africana, tem um dia do candomblé para registrar uma cultura que durante muito tempo foi subjugada, foi tratada como coisa desprezível, tratada como subcultura.

A gente precisa avançar, deputada, e, aí, vou deixar aqui, como meu irmão Jaime Sodré fazia sempre, um dever para nós todos, para a Defensoria Pública também, para Luciana Mandeli também. A gente precisa assegurar a atenção religiosa nos cárceres, nos presídios e nos hospitais.

Muitas pessoas que estão enfermas e internadas e que são de outras religiões têm direito à assistência do seu sacerdote, do seu padre, mas quando é do candomblé é proibido entrar para fazer qualquer oração, ou qualquer tipo de cuidado. Assim como também nos cárceres. Durante muito tempo as pastorais carcerárias da Igreja Católica tiveram papel importante, padre Lázaro, e, hoje, esse papel foi muito esvaziado. Muito do que foi falado aqui pela nossa irmã antropóloga, dos soldados de Jesus que saem invadindo os terreiros, não são todos, muitos são egressos do sistema carcerário e que vão para suas comunidades destruir os terreiros porque dentro da cadeia se constrói identidades, se constrói grupos, tem os grupos armados, tem os grupos vinculados às práticas diversas e tem também aqueles que para não morrer se acomodam, na forma

possível, nas religiões que lá aparecem para fazer as pregações. Muitos saem de lá até recuperados; alguns saem até pastores formados dentro do presídio. Mas está faltando a atenção também para que outras religiões, Bira, possam ter o espaço nos hospitais, para que a ialorixá, o babalorixá, mameto-de-inquice, o tata-de-Inquice ou as ekedis possam ir lá visitar os doentes e dar o tratamento, porque às vezes já está perto de passar deste plano para um outro plano.

Mas, de todo modo, que bom que é quinta-feira, dia de Oxóssi, e a senhora faz esta sessão muito bonita. Parabéns à deputada e parabéns a todos nós. Se tem um povo que sabe o que é resistir e sobreviver é o nosso.

Um abraço. (Palmas)

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes): Muito obrigada, Ailton Ferreira. E pela sua última palavra, eu vejo que, realmente, é resistência, porque estou vendo todo mundo sentado, calmo, parecendo que a sessão está iniciando.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes): Deputado Bira Corôa, já chamei V. Ex.^a umas três vezes para se sentar aqui, que é para, sabe como é, ficar bonito aqui, tudo do jeito que começou. E V. Ex.^a que é o criador dessa comissão... aliás, o criador foi o deputado Luiz Alberto, mas antes que eu chegasse V. Ex.^a já estava... – foi o Paulo da Anunciação – ...aqui, na resistência. Então é muito importante a sua presença aqui pois nos ajudou muito a articular para que muitas pessoas estivessem aqui conosco, hoje.

Quero saudar o terreiro de Ilê Axé Odé Luan Demir Copai e Yowa Pandalessir... vão desculpando a leitura assim, às vezes falta uma palavra, porque alguém escreveu e eu estou tentando aqui. Saudar Tizumba Artes Sustentáveis; saudar Edson Luz, artista plástico premiado pela ONU; saudar pai Crispim, do Terreiro de Oxum; saudar o Centro Mãe da Colina; saudar Congo Ilê Axé da Casa de Antônio Feiticeiro; saudar Rosalina Assis, do Terreiro de Oxalá; saudar Carlos Amorim dos Santos, presidente da Associação da Agricultura Familiar Quilombola; saudar Andresina Maria Gomes, Mãe Pequena da Casa Congo de Ylê Axé; saudar Genilda Santos da Conceição, filha de santo do Centro de Umbanda Ogum e Oxóssi; saudar Leandro dos Anjos Silva, do Cangoma, babalorixá; saudar Iva Ferreira, presidente do Fórum Feminino da Associação de Engenharia e Segurança do Trabalho, representando as engenheiras mulheres da Engenharia de Segurança do Trabalho; saudar Camila Chagas, assessora jurídica do Koinonia; saudar Roberlan Araújo Ferreira, superintendente dos Direitos Humanos da Igualdade Racial de Ituberá, membro do Movimento Negro Unificado (MNU); saudar Rosenice Pereira, diretora de saúde da Undec; saudar Silvânia Ferreira Barbosa, membro da Fanest; saudar André Santana, professor de História de Cícero Dantas; saudar Leide Correia, diretora de Cultura de Cícero Dantas; saudar Zenilton de Oliveira, pai de santo e professor da Escola Caxuté e Casa da Cultura de Igrapiúna; saudar Luciana Maia, do Ilê Aiyê Axé Omanitá; saudar Ana Glória da Silva, mãe de santo Xorô Comi Nilê; saudar o professor Felipe Machado, de Esplanada, professor de educação física do SESI Petrobras; saudar Roberlan Araújo, superintendente de Direitos Humanos da Igualdade Racial e Gênero de Ituberá.

Mais uma vez, obrigada a todos e a todas. Deputado Bira Corôa, não vou deixar V. Ex.^a sem os seus 3 minutos de fala para depois o capitão fazer o encerramento. Major, desculpe-me, nada de capitão.

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes): Com a palavra o deputado Bira Corôa.

O Sr. BIRA CORÔA: Uma boa-tarde a todas e a todos. Quero saudar toda a Mesa na pessoa da proponente desta sessão, a deputada Fátima Nunes. Peço desculpas por não nominar a todos e todas devido ao elevado da hora. Mas, especialmente, dizer da minha satisfação de estar em mais um ato de reconhecimento, de valorização e, por que não dizer, de respeito ao nosso povo negro. E respeito às instituições, às entidades, à ancestralidade, mas, acima de tudo, a quem nos permitiu chegar ao século XXI, em 2023, com a capacidade de nos autoassumirmos como negros neste estado. Digo isso porque num tempo não muito distante não era possível sequer, num poder constituído como esta Casa, se ter a presença negra e se ter a afirmação da nossa negritude.

É através do candomblé e da capoeira que é preservada, pela oralidade, a nossa identidade; é guardada, é cultuada, mas é, acima de tudo, ensinada e transmitida nas lições cotidianas o nosso jeito de ser. E é por isso que nós somos resistência, e é por isso que nós enfrentamos as adversidades. Mas nós temos a capacidade de reafirmar neste país a nossa presença. O nosso irmão Ailton falou muito bem que a história nos nega ainda hoje... porque na história do nosso Brasil, assim como na história do mundo, nós não estamos presentes na condição de protagonistas, nós somos figurantes, quando muito, figurantes.

A história da Bahia, que a gente se orgulha ao dizer que é o estado mais negro fora da África, nos esconde nas linhas que retratam a nossa história, porque os nossos heróis não são os negros e negras. Lá não está Maria Felipa na história da independência da Bahia. E eu poderia levar a tarde inteira dizendo o que falta em nossa história de reconhecimento da nossa participação, contribuição e conquista.

A história mundial nega a origem da medicina, da matemática, da arquitetura, da engenharia, do saber popular, mas essa mesma história nos retrata ainda o refúgio dos dominantes quando vão buscar nas rezadeiras, quando vão buscar nos nossos ebós a realização dos seus interesses, mas não afirma os nossos direitos, as nossas presenças.

Então, estar hoje aqui, nesta Casa, celebrando mais um ato, com a diferença e com a significância que tem de estarmos comemorando um dia nacional de reconhecimento ao candomblé, acima de tudo. Porque se hoje eu posso dizer: sou negro é graças à resistência, quero reafirmar, do candomblé e da capoeira.

Digo sempre que a maior manifestação de repúdio à forma excusa como foi a do fim da escravidão no Brasil foi o Bembé do Mercado, porque 1 ano após a tal Lei Áurea os pais e mães de santo do Recôncavo baiano, sob a proteção da capoeira, foram à praça pública, no mercado, fazer um xirê de rua para dizer que aquela não era a liberdade que nós queríamos, sem direito à educação, sem moradia, sem propriedades, sem emprego. Era a condição de estarmos nas ruas como marginais, na forma e no modelo que ainda enfrentamos, hoje, na periferia das nossas cidades.

Não vou me alongar mais do que isso, apenas dizer obrigado, Fátima Nunes, por nos proporcionar mais esse espaço e o direito de dizer que essa Casa é do povo negro. (Palmas)

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes): Muito obrigada, deputado Bira Corôa. Não poderíamos fechar esta sessão sem as suas palavras grandiosas, de resistência e de esclarecimento também. Porque, como disse o professor Felipe em sua fala, muitas vezes eu tenho dito aqui, na Casa, e é um jargão de todos os dias: é vivendo e aprendendo. Mas a gente quer aprender mesmo é a resistir, a lutar e a conquistar para ser igual. Então, muito obrigada por suas palavras.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes): Quero registrar a presença de Valdelice dos Santos, ekedi, Ilê Axé Onzô, Gongobira, Dandalapa da Zumbi. Obrigada por sua presença; Elaine Souza, presidente da Afoxé Bamboxe, Conem Mulher; Ângela Dias, SPM; e Índia, que é representante, também, do gabinete do deputado Paulo Rangel.

Nós vamos ouvir... Mandeí todo mundo ficar ali, dar só um toquezinho só, de 1 minuto, para ouvirmos depois, o nosso querido major. E hoje nós vamos encerrar diferente, não vamos ter o Hino ao Dois de Julho, porque o Dois de Julho somos todos nós.

Então, após a palavra do nosso major, que encerrará esta sessão, iremos para o Saguão Nestor Duarte ao canto da banda Ohana.

Só um toquezinho para animar e depois a gente começa. E se balançar também é bom.

(Procede-se à apresentação musical.) (Palmas)

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes): Muito bom! (Palmas)

Depois, tem a última.

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes): Agora, nós vamos passar a palavra para o nosso coordenador-administrativo da SPREV, major PM Thiago Garcez, que neste ato representa o secretário da Segurança Pública, Marcelo Werner.

O Sr. TIAGO GARCEZ: Na pessoa da proponente da sessão, deputada Fátima Nunes, saúdo os demais membros da Mesa. E antes da minha fala institucional, representando o Ex.^{mo} Sr. Secretário da Segurança Pública, Marcelo Werner, o major Tiago precisa também pedir agô à sua ancestralidade, porque eu descendo do Ilê Axé Opô Afonjá, filho da minha saudosa ialorixá Mãe Stela de Oxóssi, odé kayodê, e eu peço agô e bênção aos meus mais velhos e aos meus mais novos e que Olodumare, Oxumarê, que é o dono do equilíbrio, possa nos abençoar e nos proteger neste dia tão especial, dia de resistência, dia de enfrentamento, dia de memória.

E falando em memória, eu não posso esquecer dessa ancestralidade que foi tão... a gente está aqui no momento de celebração e eu falava com meu irmão Ailton Ferreira, e ele disse assim: “Cante”. E eu acho que eu sou melhor na poesia.

Então, lembrando Castro Alves, eu diria: “Deus, oh Deus, onde estás que não respondes? Em que nuvem, em que estrela tu te escondes, embuçado nos céus? Há 2 mil anos te lancei meu grito, que debalde se perdeu no infinito, onde estás, Senhor Deus? Senhor Deus dos desgraçados, dizei-me vós, Senhor Deus, se eu deliro ou se é verdade tanto horror perante os céus? Oh, mar, porque não apagas com a esponja de tuas vagas, de teu manto este borrão. Astros, noite, tempestades rolai das imensidades, varrei os mares, tufão”. (Vozes da África e o Navio Negreiro, Castro Alves). (Palmas)

Eu não diria obrigado, eu não diria o poeta dos escravos e, sim, dos escravizados. E trazendo essa reflexão desse navio negreiro e hoje enxergar meus irmãos e irmãs – tem um irmão meu de santo presente. Benção meu irmão do Opô Afonjá – é sinal de que essa resistência, deputada e toda a Mesa, foi necessária. E eu peço mais uma vez a bênção a todos esses que me antecederam. E dizer que a segurança pública tem muita responsabilidade com a violência contra o povo negro, contra os atabaques, contra a capoeira, contra o candomblé, hoje, apesar de tanto ser muitas vezes agredida, nós também temos que trazer notícias boas. Não é, mãe Márcia? Não é, meu irmão Ailton?

Juntos nós estamos construindo uma segurança pública de direitos, uma segurança pública que teve a coragem de em 2005 criar o Núcleo de Religiões de Matriz Africana da Polícia Militar da Bahia. O nosso sargento Eurico (palmas) teve a coragem, juntamente com tantos outros, de chegar e enfrentar o comandante-geral da Polícia Militar, à época, por conta da igualdade de crença. E mais tarde, na própria Segurança Pública, a gente cria, Dr.^a Ana Cristina, um centro de referência étnico-racial que recentemente foi intitulado com o nome da minha saudosa ialorixá, Mãe Stella de Oxóssi, mostrando que o exemplo e o legado deixado por Mãe Stella precisam também ultrapassar as barreiras da segurança pública que tanto perseguiu o povo de santo.

E também dizer que através desse centro de referência, através da nossa Coercid, através de tantas outras ações de valorização do povo de santo, nós estamos aqui para dizer que nós também fazemos parte dessa mudança, nós estamos aqui para mostrar que existe também uma disciplina que trabalha questões étnico-raciais em todas as formações da Polícia Militar e também da Polícia Civil, dizer que nosso secretário da Segurança Pública hoje está dando voz para um homem negro, de axé, estar aqui representando ele, e, por que não dizer, trazendo poesia para esta plenária. Então, antes mesmo de encerrar minha fala, eu agradeço, porque eu acho que eu não estourei meu tempo, mas eu acho que nosso pessoal está precisando continuar...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

Ói! Eu acho que eu encerro trazendo a liturgia. E peço aos meus irmãos e irmãs aqui presentes que me acompanhem com esse encerramento. O nome é Banzo Maracatu, que mostra justamente essa nossa resistência a tudo que fizeram e têm feito com o racismo religioso hoje ainda impregnado nessa sociedade.

(Procede-se à cantoria.)

Viva os povos e comunidades de matriz africana! Viva a nossa origem africana!

Muito obrigado. Eu estou emocionado por ver todas essas pessoas aqui, comemorando. Obrigado.

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes): Eu acho que a emoção fica presente em todo mundo. A gente fica procurando a voz para falar. Faz parte da nossa luta, das nossas vitórias e do nosso caminhar, que aponta sempre para a frente, para vencer os desafios que estão presentes em todo momento.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes): Em nome do Poder Legislativo da Bahia, agradeço pela presença a todas as autoridades civis, militares, das senhoras e dos senhores deputados e deputadas, da imprensa e de todas as pessoas que acompanharam também aqui, pela *TV Assembleia*, pelas redes sociais, todos que estão presentes nessa

caminhada. Agradeço pela deferência de virem aqui a convite, também, desta deputada que todos os dias se esforça para aprender um pouco mais, para integrar o nosso conhecimento de resistência e de luta.

Eu nasci no sertão, na cidade de Paripiranga, que é a minha terra natal, mas olhei para o mundo, olhei para a Bahia e disse: "A gente precisa sair daqui e fazer uma grande luta por direitos e por justiça".

Então, muito me honra estar aqui e vocês virem para esta sessão tão importante e necessária.

Em nome do Poder Legislativo, mais uma vez agradeço e declaro encerrada a presente sessão. Vamos sair ouvindo o som da música da banda Ohana.

Obrigada.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.